

PARA PRIORIZAR É PRECISO RECONHECER O MORAR PERIFÉRICO. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS POPULARES DE JOÃO PESSOA E CAMPINA GRANDE / PB

To prioritize, it is necessary to recognize peripheral living. Identification and Characterization of popular settlements in João Pessoa and Campina Grande / PB

Demóstenes Moraes

Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande,
PB, Brasil

Lívia Miranda

Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande,
PB, Brasil

Informações do artigo

Recebido em 31/10/2023

Aceito em 09/12/2023

doi: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2023.n260.p578-603>

Copyright (c) 2023 Demóstenes Moraes e Lívia Miranda



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Você é livre para:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

Adaptar — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

Como ser citado (modelo ABNT)

MORAES, Demóstenes; MIRANDA, Lívia. Para priorizar é preciso reconhecer o morar periférico. identificação e caracterização de assentamentos populares de João Pessoa e Campina Grande / PB. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador/Recife, v. 48, n. 260, p. 578-603, set./dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2023.n260.p578-603>

Resumo

No artigo são apresentadas abordagens e elementos constituintes de uma pesquisa que vem sendo realizado pelo Núcleo Paraíba do Observatório das Metrôpoles para a identificar e caracterizar os assentamentos populares de João Pessoa e Campina Grande / PB, quanto às suas condições urbanísticas, fundiárias, infraestruturais, sociais e ambientais. A perspectiva teórica da pesquisa teve como pontos de partida os campos da Teoria Urbana Crítica e da Ecologia Política com o objetivo de problematizar a precariedade dos assentamentos populares nas cidades estudadas. A abordagem metodológica da pesquisa é multidimensional integrada e quali-quantitativa, articulando visões críticas sobre as condições dos assentamentos populares. Alguns resultados iniciais sobre a inserção urbana dos assentamentos populares de Campina Grande apontam a necessidade de estruturação de políticas urbanas redistributivas e inclusivas para a promoção do acesso à vida urbana por seus moradores. Por fim, o reconhecimento dos assentamentos populares é evidenciado como meio de promoção de cidades democráticas, inclusivas e justas.

Palavras-chave: Assentamentos populares. Abordagem multidimensional. Políticas urbanas.

Abstract

The article presents approaches and constituent elements of a research that has been carried out by the Núcleo Paraíba of the Observatório das Metrôpoles to identify and characterize the popular settlements of João Pessoa and Campina Grande / PB, regarding their urban, land, infrastructural and social conditions and environmental. The theoretical perspective of the research had as its starting points the fields of Critical Urban Theory and Political Ecology with the aim of problematizing the precariousness of popular settlements in the cities studied. The methodological approach to the research is multidimensional, integrated and qualitative-quantitative, articulating critical views on the conditions of popular settlements. Some initial results on the urban insertion of popular settlements in Campina Grande point to the need to structure redistributive and inclusive urban policies to promote access to urban life for their residents. Finally, the recognition of popular settlements is highlighted as a means of promoting democratic, inclusive and fair cities.

Keywords: popular settlements, multidimensional approach, urban policies.

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

No presente artigo são apresentados os resultados parciais referentes ao projeto de pesquisa, *Reconhecendo os Assentamentos Precários de João Pessoa e de Campina Grande/PB*, que vem sendo realizado pelo Núcleo Paraíba do Observatório das Metrôpoles, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O Estudo visa a identificação e caracterização multidimensional integrada de assentamentos populares de João Pessoa e Campina Grande / PB, quanto às suas condições urbanísticas, fundiárias, infraestruturais, sociais e ambientais. Além da pesquisa, os dados e informações sobre tais assentamentos vêm sendo sistematizados, integrados a bancos de dados e Sistemas de Informações Geográficas (SIG) e inseridos em um Atlas e em uma Plataforma Virtual Colaborativa aberta para usuários com o intuito de obter novas informações e sugestões para ajustes dos dados e informações e aperfeiçoamento dos diversos produtos.

Está previsto no âmbito do projeto, após a produção do Atlas e da Plataforma: a realização de processos formativos dialógicos e de transferência de tecnologias com líderes comunitários, integrantes de entidades e assessorias apoiadoras dos assentamentos e técnicos municipais; e intercâmbios com outras instituições de pesquisa e acadêmicas a respeito de metodologias, técnicas, instrumentos, geoinformação, bancos de dados, plataformas virtuais relacionados a estudos sobre assentamentos populares.

Articuladas ao projeto pesquisa há outras iniciativas que vêm sendo realizadas pelo Núcleo Paraíba do Observatório das Metrôpoles, como pesquisas específicas sobre alguns assentamentos populares e, também, um programa de extensão, com projetos de formação de líderes comunitários, estudantes e ativistas de direitos, de mapeamentos participativos e de monitoramento colaborativo de assentamentos populares. Os resultados dessas iniciativas também têm contribuído com informações e dados para a identificação e caracterização dos assentamentos populares, assim como para os processos formativos dialógicos, de transferência de tecnologias e para a incidência política visando a ampliação de investimentos públicos para a urbanização, regularização e melhorias dos assentamentos populares de João Pessoa e Campina Grande.

A perspectiva teórica da pesquisa teve como pontos de partida os campos da Teoria Urbana Crítica (Brenner, 2016) e da Ecologia Política (Leff, 2006), com o intuito de evidenciar e problematizar as situações de precariedade, risco e vulnerabilidade nos assentamentos

populares e no morar periférico como expressões da produção desigual do espaço e das injustiças socioespaciais e ambientais nessas cidades. Nesse sentido, partiu-se do reconhecimento de que as principais e quase exclusivas formas de acesso pela população em situação de pobreza à moradia e à cidade no Brasil foram as ocupações e os mercados informais. Tais limites se devem às escassas oportunidades a partir de programas habitacionais públicos e do mercado privado formal. Outro aspecto fundamental explorado nesse conjunto de iniciativas refere-se às relações socioespaciais entre os assentamentos e seus moradores com as cidades estudadas, considerando o acesso a serviços e oportunidades da vida urbana.

Para além das condições precárias e de vulnerabilidade, também vem sendo estudadas as forças e potencialidades relacionadas às iniciativas dos moradores dos assentamentos para a reprodução de vida e social nesses territórios e nas cidades, mesmo que estas sejam realizadas em condições adversas e que se expressem como sobretrabalho. Essas iniciativas podem servir de referências para políticas públicas e, também, fomentar processos de cogestão de intervenções públicas nesses territórios. Ao realçar algumas das condições dos assentamentos e de seus moradores, a perspectiva da pesquisa é subsidiar políticas urbanas multidimensionais integradas que priorizem esses assentamentos.

A abordagem metodológica da pesquisa é multidimensional integrada e quali-quantitativa, articulando visões críticas sobre as condições dos assentamentos populares, considerando: o levantamento, sistematização e análises de dados e informações objetivos; dos processos técnico-informacionais referentes a georreferenciamento e à estruturação dos sistemas de informações geográfica e da plataforma digital; e os processos formativos dialógicos e de transferência de tecnologias com atores diversos para a identificação e caracterização dos assentamentos populares. Foram considerados importantes estudos precedentes como: os manuais produzidos com o apoio do ministério das Cidades e parceiros como a Aliança de Cidades (2009); o Centro de Estudo das Metrópoles (2010); Denaldi (2013). Além de outros cadastros e mapeamentos realizados agentes governamentais locais que associaram informações estatísticas a pesquisas diretas, como a Autarquia de Saneamento do Recife (SANEAR) que realizou o Atlas das infraestruturas públicas das comunidades de Interesse Social do Recife” (Recife, 2016). E o estudo realizado pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) em parceria com a Universidade Federal do ABC, denominado “Desenvolvimento e aplicação de metodologia

para identificação, caracterização e dimensionamento de assentamentos precários” (CDHU; Universidade Federal do ABC, 2018). Além destes, destaca-se mais recentemente, a Pesquisa sobre os Núcleos Urbanos Informais no Brasil realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (Brasil, 2020).

Ainda, foram considerados outros trabalhos, relacionados à avaliação de projetos e obras de urbanização de assentamentos populares na pesquisa. Entre eles é possível destacar: a proposta de Moretti e Denaldi (2018) para a aplicação de descritores na análise de projetos de qualificação urbanística de favelas; Denaldi et al. (2016), com a pesquisa denominada “Urbanização de Assentamentos precários no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento na Região do ABC”; Lima e Somekh (2013), com um roteiro metodológico para produção de diagnósticos integrados; os estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com uma proposta metodológica para avaliação das intervenções em urbanização de favelas (Balbim et al., 2013); e Bueno (2000), com recomendações para o desenvolvimento de projetos e obras de urbanização de favela.

Algumas pesquisas recentes realizadas pelo INCT Observatório das Metrôpoles que redundaram em publicações também contribuíram para a formatação da pesquisa reportada no artigo: as contidas no Livro “Urbanização de Favelas no Brasil: um balanço do PAC” (Cardoso; Denaldi, 2018), com avaliações do Programa de Aceleração do Crescimento – Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP); as que integram o Livro “Urbanização de favelas no Brasil: trajetórias de políticas municipais” (Silva; Cardoso; Denaldi, 2022); e as que compuseram o Livro “A dimensão ambiental na urbanização de favelas: olhares críticos a partir da drenagem urbana nos projetos do PAC” (Ferrara; Cardoso; Machado, 2022).

No âmbito da pesquisa reportada no presente artigo, os assentamentos populares referem-se às áreas predominantemente residenciais e habitadas em sua maioria por famílias de baixa renda, com alguma precariedade ou inadequação urbanística, infraestrutural e de serviços, ambiental e fundiária. Podendo ainda conter situações de insalubridades, vulnerabilidade e risco socioambientais.

As principais atividades que vêm sendo desenvolvidas no âmbito do projeto de pesquisa: (i) a identificação dos assentamentos precários com mapeamento georreferenciado a partir de imagens aerofotogramétricas, de satélite, e de veículo aéreo não tripulado do tipo quadricóptero com estação móvel (Drone); (ii) a caracterização dos assentamentos precários em duas dimensões principais: a precariedade e a vulnerabilidade a

partir de informações cartográficas, estatísticas e de campo; (iii) o levantamento e sistematização de obras executadas ou em execução em assentamentos precários; (iv) estruturação dos Sistemas de Informações Geográficas; (v) produção de Atlas da precariedade dos assentamentos Atlas produzidos e disponíveis em E book; (vi) produção de Plataforma Colaborativa composta de SITES e de GIS WEB; (ix) transferências de tecnologias e de conhecimentos.

O artigo está dividido em quatro partes, a primeira com as considerações introdutórias sobre os elementos gerais da pesquisa reportada no artigo; a segunda parte, com informações e dados sobre os assentamentos populares em João Pessoa e Campina Grande e com os níveis, campos, variáveis e descritores da pesquisa; a terceira com alguns resultados iniciais sobre a inserção urbana dos assentamentos de Campina Grande; e a última, com considerações sobre o reconhecimento com instrumento de promoção dos assentamentos populares.

PARA RECONHECER A MULTIDIMENSIONALIDADE DOS ASSENTAMENTOS POPULARES

As condições estruturais herdadas dos processos históricos de urbanização, incompleto e desigual, das aglomerações urbanas como João Pessoa e Campina Grande, se expressam com maior ênfase em seus assentamentos populares.

João Pessoa, capital do estado da Paraíba, é uma cidade de médio porte, com população de 833.932 pessoas pelo Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) e índices de pobreza de 52,98 e de Gini de 0,50 (IBGE, 2023). Além de polarizar a Região Metropolitana de João Pessoa, que se destaca negativamente pela desigualdade do grau de distribuição de rendimentos, o município conta com 103 aglomerados subnormais com mais de 135 mil pessoas, segundo estimativas do IBGE em 2019 (IBGE, 2020), expressando as desigualdades dos processos de produção espacial. Vale ressaltar que os estudos do IBGE sobre esses aglomerados, em função de limitações metodológicas, técnicas e de parâmetros, tendem não abranger todo o universo dos assentamentos, como será possível deduzir a partir dos estudos realizados pelo Núcleo Paraíba do Observatório das Metrôpoles.

Campina Grande, segundo maior município do Estado da Paraíba e importante centro regional de serviços e indústrias, tem população de 419.379 mil pessoas pelo Censo 2022 do

IBGE, e índices de pobreza de 58,88 e de Gini de 0,45 (IBGE, 2023). O IBGE estimou, em 2019, 22 aglomerados subnormais em Campina Grande. O município, mesmo com menos desigualdades em comparação a João Pessoa, também é marcado pela produção desigual do espaço, expressa na precariedade dos assentamentos habitados pelos segmentos em situação de pobreza.

A partir do estudo “Tipologia Intraurbana: Espaços de diferenciação socioeconômica nas Concentrações Urbanas do Brasil”, desenvolvido pelo IBGE (2017), é possível constatar que as configurações reveladas pelas Condições de Vida nas Aglomerações de João Pessoa e Campina Grande demonstram que somente poucas áreas conseguem atingir tipos com padrões mais altos de condições de vida. Os tipos com padrões mais baixos são o traço geral da aglomeração de João Pessoa e os intermediários caracterizam a aglomeração de Campina Grande. Os tipos com padrões mais altos em João Pessoa (C e D) estão concentrados em áreas restritas das aglomerações, a orla no litoral norte, bairros de Manaíra, Tambaú, Alto Branco e Altiplano. Em Campina Grande tipos com padrões mais altos estão concentrados em áreas centrais, reafirmando o modelo centro-periferia de ocupação do solo urbano.

Em João Pessoa e Campina Grande não há estudos amplos atualizados sobre os assentamentos populares em âmbito municipal. Os últimos estudos oficiais abrangentes sobre esses assentamentos em João Pessoa, capital do estado da Paraíba, e em Campina Grande, segundo maior município do estado, foram realizados no âmbito do Programa Habitar Brasil / BID na primeira década dos anos 2000.

O último estudo sobre os assentamentos populares de João Pessoa foi realizado em 2007, no âmbito do subprograma de Desenvolvimento Institucional do Programa Habitar Brasil / BID, tendo levantado 110 assentamentos registrados no Relatório do Diagnóstico Consolidado dos Assentamentos Urbanos Irregulares. O estudo mais recente e amplo dos assentamentos em Campina Grande foi realizado pela prefeitura em 2001, tendo levantado 38 assentamentos. Esse estudo subsidiou a elaboração do Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais (PEMAS), componente do referido programa, e, também, o plano e projetos para a urbanização de duas subáreas do assentamento do Pedregal. Tal levantamento ainda serviu de base para os estudos realizados para a delimitação das ZEIS em 2006 e, adiante, a elaboração da Lei Nº. 4.806/2009, que regulamentou as ZEIS em Campina Grande, abrangendo 19 assentamentos, mas com apenas 17 delimitados.

Todos os estudos posteriores em ambos os municípios foram pontuais para áreas que tiveram investimentos públicos, principalmente aquelas que receberam recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na maior parte dos casos na modalidade 'Urbanização de Assentamentos Precários'.

O Núcleo Paraíba do Instituto de Ciência e Tecnologia do Observatório das Metrópoles estimou 165 assentamentos populares em João Pessoa (Cartograma 1) e para Campina Grande 45 assentamentos (Cartograma 2). Esses números não foram consolidados ainda em função do processo de checagem e validação com líderes comunitários e técnicos e órgãos públicos e concessionárias e das visitas a campo que estão sendo realizadas, mas já expressam diferenças expressivas em relação aos dados sobre os Aglomerados Subnormais do IBGE, considerando as diferenças de parâmetros, e com maior proximidade dos levantamentos realizados em ambas as cidades há alguns anos no âmbito do programa Habitar Brasil/BID.

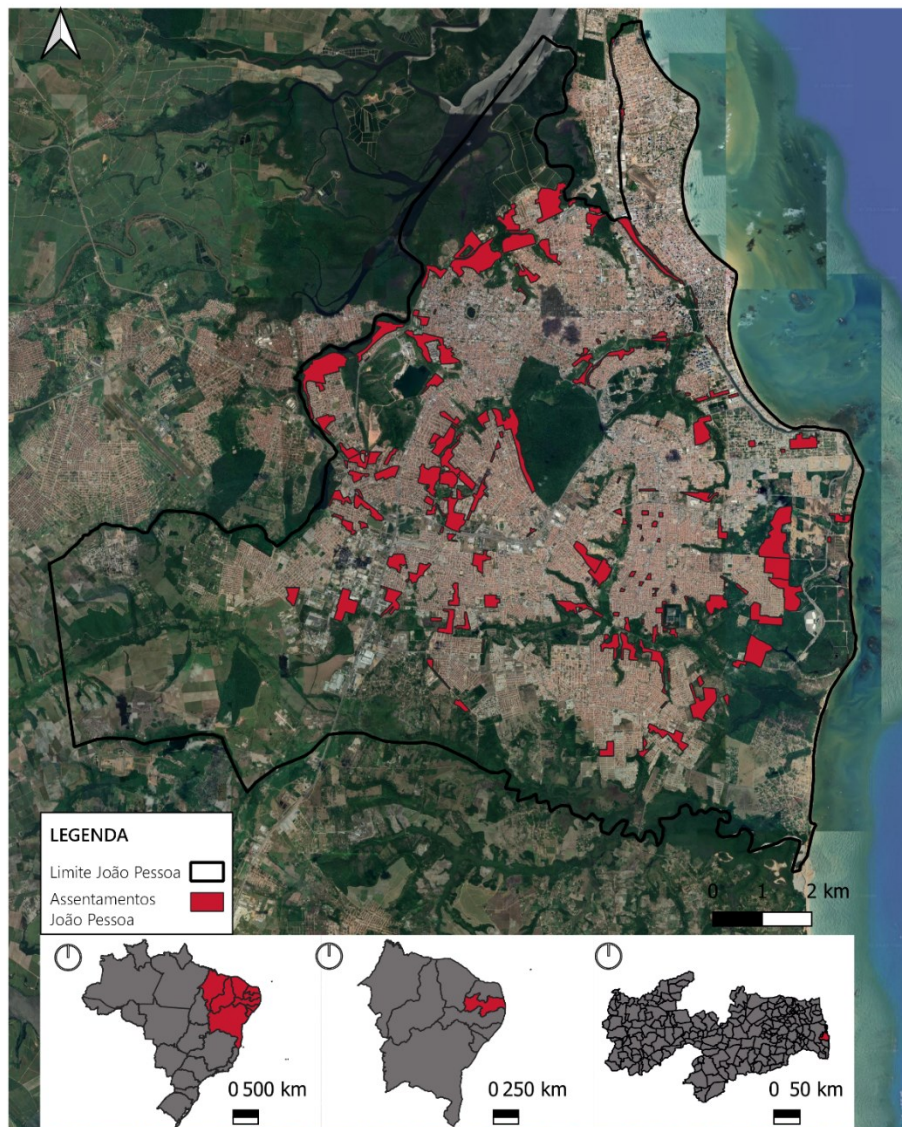
Em relação à Caracterização dos Assentamentos Populares no âmbito da pesquisa, a etapa no nível Geral está mais avançada somente para Campina Grande, mas no nível específico, já também levantamentos e sistematizações.

A estruturação identificação e caracterização multidimensional integrada de assentamentos populares de João Pessoa e Campina Grande / PB vem sendo realizada a partir das seguintes frentes de trabalho: (i) uma para o levantamento e sistematização de dados e informações de âmbito nacional e de órgãos e concessionárias locais; (ii) outra frente está voltada ao registro e sistematização de dados para cartogramas temáticos a partir de processos de geoinformação, para tratamento, sistematização e análises de sensoriamento remoto; e (iii) a terceira frente de trabalho está voltada à checagem validação das delimitações e caracterizações em campo, com lideranças e moradores dos assentamentos e, também, com técnicos de órgãos públicos e concessionárias.

Para a estruturação dos Sistemas de Informações Geográficas, a equipe de geoinformação vem modelando o arranjo das geotecnologias e o armazenamento e compartilhamento de dados. A Plataforma Colaborativa vem sendo criada a partir da interação das equipes do Atlas e da Computação. As transferências de tecnologias e de conhecimentos após a realização dos produtos serão realizadas por meio de processos formativos e instrumentos pedagógicos, com prioridade a lideranças comunitárias, agentes públicos e assessorias técnicas.

A identificação dos assentamentos populares no âmbito da pesquisa teve como referências iniciais, os aglomerados subnormais reconhecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010; 2019), o estudo Assentamentos precários do Brasil Urbano (Brasil, 2007), as áreas de risco identificadas pelas Defesas Civas municipais e por um estudo da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais e as Zonas Especiais de Interesse Social instituídas por meio de leis e decretos municipais. Além destas referências, foram realizados estudos integrados relativos às condições infraestruturais de saneamento básico e de pavimentação de vias (dados municipais e das concessionárias), rendas dos chefes de família, análises do traçado, parcelamento e forma urbana (concentrações de becos e vielas; irregularidade no traçado e tecido; percentuais altos de ocupação do solo) e das lacunaridades (imagens de sensoriamento remoto e algoritmos de deep learning). Para complementar esses estudos, vêm sendo realizadas visitas a campo e reuniões com lideranças comunitárias e moradores dos assentamentos populares. Em algumas destas visitas, foram feitas imagens aéreas a partir de drone.

Cartograma 1 – Assentamentos Populares de João Pessoa

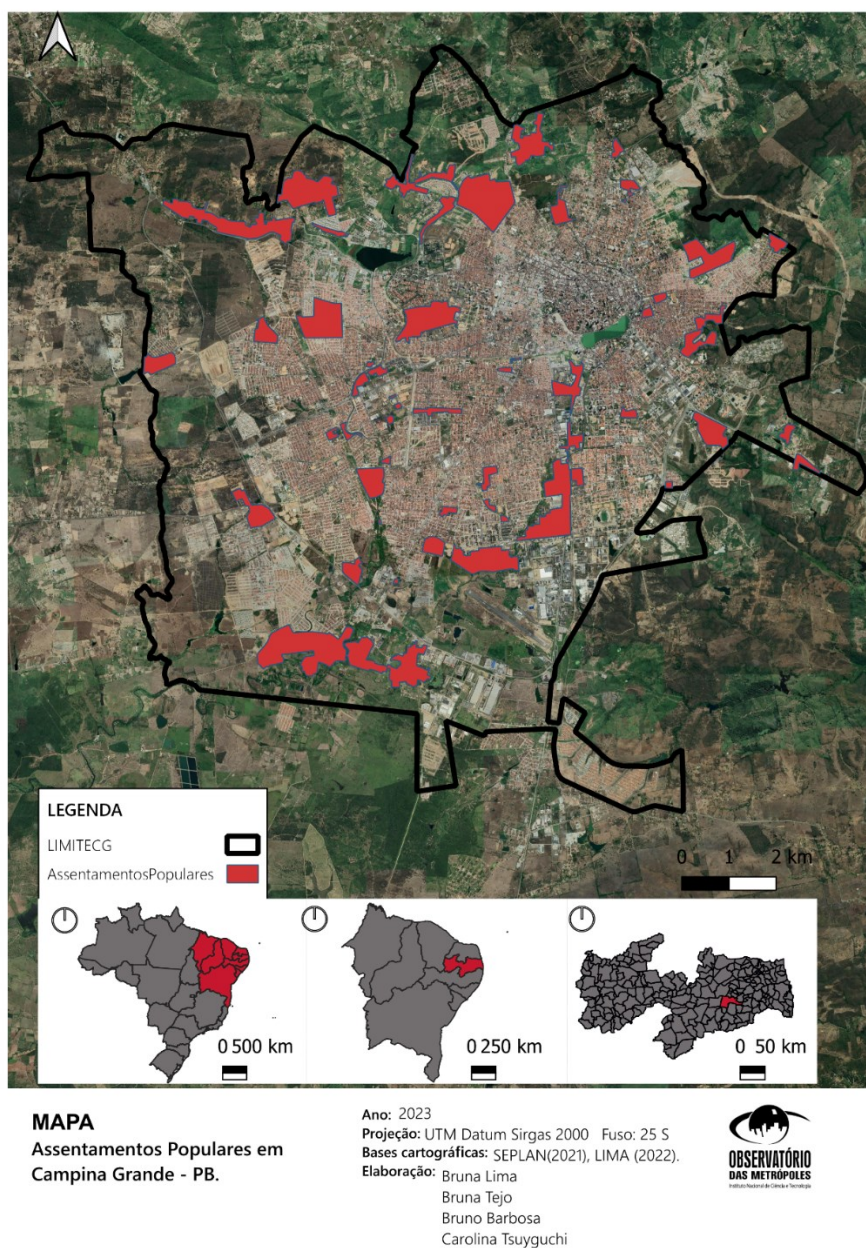


MAPA
Assentamentos Populares
em João Pessoa - PB.

Ano: 2023
Projeção: UTM Datum Sirgas 2000 Fuso: 25 S
Bases cartográficas: SEPLAN(2021).
Elaboração: Bruna Lima
Bruna Tejo
Bruno Barbosa
Carolina Tsuyguchi



Cartograma 2 – Assentamentos Populares de Campina Grande



Para a caracterização, vem sendo realizados estudos em dois níveis: 1. Reconhecimento Geral, a partir dos seguintes campos, variáveis e descritores: (i) condições físico-ambientais (relevo, topografia; relações dos assentamentos com cursos e corpos d'água; relações dos assentamentos com áreas de Preservação Permanente); (ii) inserção urbana (inserção na malha urbana; distância de centro e subcentros; acesso ao transporte público; distância de equipamentos básicos públicos de educação e saúde); (iii) forma urbana (traçado e parcelamento; concentração de becos e vielas; e ocupação do solo); 2. Caracterização Específica, a partir das dimensões, variáveis e descritores apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Caracterização dos Assentamentos Precários

Dimensão	Campos	Variáveis	Descritores
Precariedade	Infraestruturas e serviços	Abastecimento de Água	Existência e acesso à rede Frequência no acesso do abastecimento
		Esgotamento Sanitário	Existência e acesso à rede
		Drenagem artificial das águas pluviais	Drenagem superficial (pavimentação) Existência de estruturas de macrodrenagem Existência de rede (galerias e canaletas)
		Iluminação Pública	Existência de rede / serviço
		Pavimentação	Pavimentação das vias e escadarias.
		Transporte Público	Disponibilidade de linhas ônibus Paradas de ônibus
		Conexões viárias	Conexões com o sistema viário principal
		Coleta de Lixo	Forma e frequência da coleta de lixo
		Energia	Acesso à rede de energia elétrica
	Equipamentos Públicos	Educação	Disponibilidade de equipamentos de educação (escolas de ensino fundamental e creches a 400m)
		Saúde	Disponibilidade de equipamentos de saúde (unidades básicas de saúde da família) Áreas cobertas por Agentes Comunitários de Saúde
		Espaços Livres Públicos para lazer	Existência de Parques, praças, áreas para contemplação, desportos e recreação
	Equipamentos Privados	Comércio e Serviços	Existência de Mercados, feiras livres, padarias, restaurantes, farmácias, lotéricas ou caixas eletrônicos na área do assentamento ou na proximidade
		Associativos e Comunitários	Associações, Conselhos, Clubes de mães etc.
		Religiosos	Igrejas, templos, terreiros
Risco e Vulnerabilidade	Risco socioambiental	Escorregamento	Pontos ou áreas de riscos de desabamento e deslizamento
		Alagamento	Pontos ou áreas de alagamento
		Contaminação	Áreas contaminadas ou poluídas
	Permanência	Não reconhecimento como ZEIS	Assentamento não reconhecido ou não integrado a uma ZEIS
		Segurança da edificação	Edificações com problemas estruturais e precariedade dos materiais construtivos
		Dinâmica Imobiliária do Entorno	Concentração de edifícios com mais de 6 pavimentos no entorno
			Áreas valorizadas no entorno.
		Conflitos fundiários urbanos	Ações de reintegração de posse; projetos e obras públicos interferentes;
		Áreas não consolidáveis	APPs, UCs, margens de cursos d'água, áreas com declividade superior a 45°
			Faixas de domínio de linhas de transmissão, rodovias e ferrovias

Fonte: Elaborado pelos autores.

A escolha das variáveis e descritores para a Caracterização Específica consideraram os dados e informações disponíveis ou com possibilidade de levantamento, sistematização e análises. Tal condição não significa que não haja dificuldades à obtenção de dados e informações que abranjam todos os assentamentos populares, mas os avanços na pesquisa têm sido importantes e espera-se compartilhar os resultados de sistematizações e análises no início de 2024.

Em alguns assentamentos de João Pessoa e Campina Grande foram desenvolvidos outros estudos por pesquisadores que participam ou colaboraram com o Núcleo Paraíba do Observatório das Metrópoles, considerando aspectos e questões não abarcadas nos níveis descritos acima, que estão sendo considerados para estudos específicos em determinados assentamentos populares.

Vale registrar que os projetos de extensão referentes a monitoramentos colaborativos de riscos socioambientais e a mapeamentos participativos realizados pelo Núcleo Paraíba do Observatório das Metrópoles também têm contribuído com informações, além de ampliar o envolvimento de moradores, líderes comunitários e organizações que atuam nos assentamentos populares.

CONSTATAÇÕES INICIAIS SOBRE A INSERÇÃO URBANA DOS ASSENTAMENTOS DE CAMPINA GRANDE

Em relação à inserção urbana dos assentamentos populares de Campina Grande, é necessário considerar que o processo de ocupação do solo da área urbana da sede se deu a partir das vias principais estruturadas de maneira radial, com gradativas apropriações das áreas intersticiais. Mesmo com a predominância de assentamentos populares nas áreas periféricas, decorrente não apenas dos processos de valorização do solo, mas também das políticas públicas municipais de erradicação desses assentamentos das áreas centrais até os anos 1970, há ainda alguns assentamentos nas e próximos do centro de Campina Grande, com a maioria deles inseridos na malha urbana. Algo importante para o acesso a serviços e a oportunidades urbanas.

No âmbito da pesquisa a inserção urbana considera a situação-localização dos assentamentos e as condições de integração destes à cidade e de acesso de seus moradores

a bens, serviços, equipamentos e oportunidades econômicas, sociais e culturais de acesso à vida urbana e necessárias à reprodução social.

Como principais referências específicas para os estudos da inserção urbana dos Assentamento Populares de Campina Grande, e também para os que serão realizados em João Pessoa, é possível mencionar: (i) o "Atlas das infraestruturas públicas das comunidades de Interesse Social do Recife" (RECIFE, 2016), que oferece variáveis e indicadores discriminantes e suplementares para uma caracterização dos assentamentos e entre estes, especificamente para a inserção urbana, os relativos ao acesso ao transporte público e as distâncias a equipamentos públicos e a centralidades; e (ii) a "Ferramenta para avaliação da inserção urbana dos empreendimentos do MCMV" (ROLNIK, 2014), que oferece parâmetros para avaliar a localização, integração com o entorno e desenho urbano dos empreendimentos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida. Tais parâmetros, podem, considerando as grandes diferenças dos assentamentos populares em relação a esses empreendimentos, servir de inspiração para parâmetros específicos para os assentamentos.

Foram considerados os seguintes aspectos para as análises da inserção urbana na pesquisa reportada no presente artigo: a inserção na malha urbana; a distância de centro e subcentros; o acesso ao transporte público; a distância a equipamentos públicos de educação e saúde e a parques e praças.

Sobre a Inserção na Malha Urbana, constatou-se que dos 45 assentamentos populares, 30 estão integralmente inseridos, tendo áreas urbanizadas em seu entorno, alguns mais antigos, localizados em áreas centrais e intermediárias e outros periféricos, mas que com a expansão da cidade acabaram integrados (Cartograma 3). Portanto, 15 assentamentos, localizados em áreas periféricas, próximas aos limites do perímetro urbano, têm partes de seus perímetros circundados por áreas não urbanizadas, de transição rural-urbana ou rurais. Ainda estão sendo realizados levantamentos e cruzamentos de dados e informações, mas de modo geral, os assentamentos com maior inserção na malha urbana são mais antigos e tiveram mais investimentos urbanísticos, infraestruturais e de serviços, mas ainda apresentam déficits de infraestrutura e serviços e contêm subáreas situadas em áreas de fragilidade ambiental.

Em relação à Distância ao Centro (Cartograma 4), foram considerados os seguintes parâmetros para classificar os assentamentos: (i) assentamentos centrais (até 3km do bairro do centro); (ii) assentamentos intermediários (de 3,01km a 6,00km do bairro do centro); e (iii)

assentamentos periféricos (mais de 6,00km do bairro do centro). Tais parâmetros foram estabelecidos considerando o perímetro urbano, a localização do bairro do Centro e as distâncias para áreas não urbanizadas, sejam elas ainda no perímetro urbano, sejam fora dele. A partir desses descritores, sete (07) assentamentos foram classificados como centrais, com distâncias de até 3km do bairro do Centro, 17 intermediários, entre 3,01 e até 6km; e 21 periféricos, para além de 6km.

A partir de análises iniciais é possível considerar que os moradores de assentamentos periféricos têm mais dificuldades de acesso a determinadas atividades e equipamentos fundamentais à reprodução de vida e social, considerando as distâncias ao centro. Todavia, ainda serão realizadas análises a partir de cada assentamento para verificar a distância de atividades, serviços e equipamentos situados próximos, fora do. Além disso, é necessário, também, analisar os meios de deslocamento que permitem o acesso a serviços e oportunidades. É importante registrar que um dos assentamentos centrais, localizado a menos de 3km, Jardim Europa, foi classificado como periférico em relação à inserção na malha urbana, por ter áreas não urbanizadas em seu entorno. Desse modo, é fundamental considerar as variáveis e descritores em conjunto, como proposto na abordagem multidimensional integrada.

Sobre o Acesso ao Transporte Público (Cartograma 5) foram consideradas a quantidade de linhas e a distância dos pontos de ônibus. No que se refere à quantidade linhas de transporte público coletivo (ônibus), os moradores de cinco (05) assentamentos não têm acesso a linhas de ônibus que trafegam em suas áreas ou nas vias que integram seus limites; em 15 assentamentos os moradores têm acesso a uma linha de ônibus de forma adequada; em 13 assentamentos os moradores têm acesso a duas linhas em suas áreas; em cinco (05) assentamentos os moradores têm acesso adequado a três linhas de ônibus; em cinco (05) assentamentos os moradores têm acesso a quatro linhas de ônibus de modo satisfatório; e em um assentamento há a disponibilidade satisfatória de sete (07) linhas de ônibus.

Quanto aos pontos (paradas) de transportes coletivos (ônibus) (Cartograma 6), foi considerado um raio de 400m, considerada uma distância confortável para o percurso a pé. A partir desse parâmetro somente dois assentamentos não dispõem de pontos de ônibus em suas áreas. 32 assentamentos contam com pontos de ônibus para partes de suas áreas e em 11 assentamentos a cobertura dos pontos de ônibus é integral.

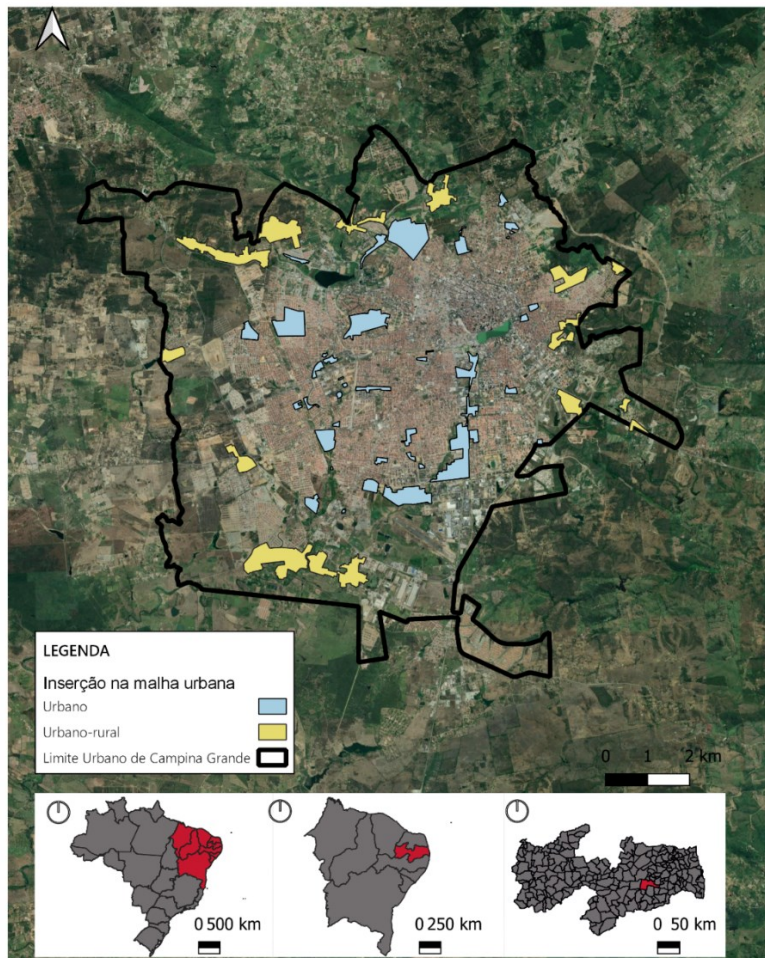
A respeito da Distância a Equipamentos Públicos de Saúde (Cartograma 7), quatro assentamentos dos 45 não têm equipamentos que atendam seus moradores nas proximidades, com distâncias superiores a 400m. 30 assentamentos têm equipamentos disponíveis em suas áreas ou em áreas do entorno imediato, mas sem abranger os assentamentos integralmente e 11 assentamentos têm equipamentos que abrangem suas áreas ou no entorno imediato (áreas contíguas com distâncias inferiores a 400m).

Sobre a Distância a Equipamentos Públicos de Educação Fundamental (Cartograma 8), seis (06) assentamentos dos 45 têm equipamentos com distâncias superiores a 400m, 22 assentamentos contam com equipamentos que abrangem suas áreas parcialmente e 17 assentamentos dispõem de equipamentos em suas áreas ou no entorno.

Quanto a Parques e Praças (Cartograma 9), 14 assentamentos não dispõem desses espaços livres públicos a distâncias inferiores a 400m; 12 assentamentos contam com esses espaços abrangendo pelo menos parcialmente suas áreas; e 19 assentamentos populares dispõem de parques e/ou praças em suas áreas ou no entorno imediato.

A inserção urbana é fundamental à reprodução de vida e social dos moradores dos assentamentos populares, que, na maior parte dos casos, têm maiores necessidades para se deslocarem nas cidades em busca de oportunidades socioeconômicas e têm, também, mais dificuldades, em função das precariedades e das escassas conexões destes assentamentos e das dificuldades para o acesso a meios adequados de deslocamento. Nos primeiros estudos sobre as condições de inserção urbana dos Assentamentos Populares de Campina Grande, constatou-se situações de insuficiência e até inadequação quanto ao acesso a serviços e equipamentos básicos. Obviamente, essas análises deverão ser complementadas por outros estudos para que se tenha um quadro mais completo e consistente da questão da inserção urbana, mas já há subsídios importantes para a construção de políticas redistributivas e inclusivas que tenham esses assentamentos como pontos de partida e prioridades.

Cartograma 3 - Inserção na Malha Urbana dos Assentamentos de Campina Grande

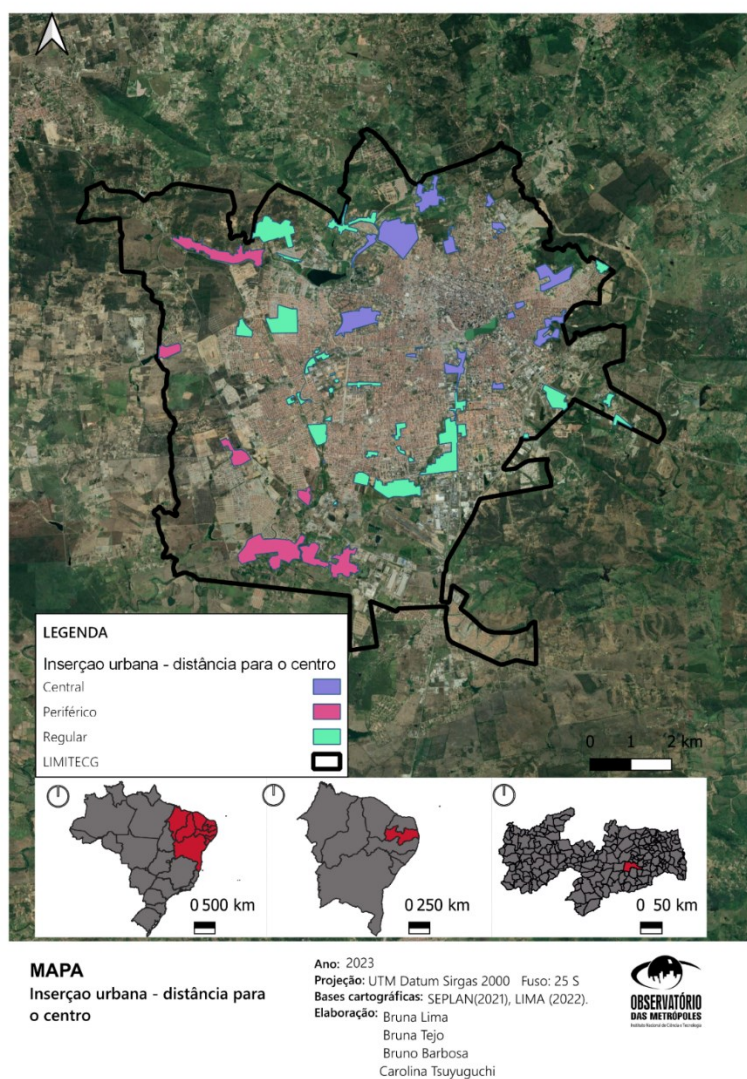


MAPA
Inserção na malha urbana

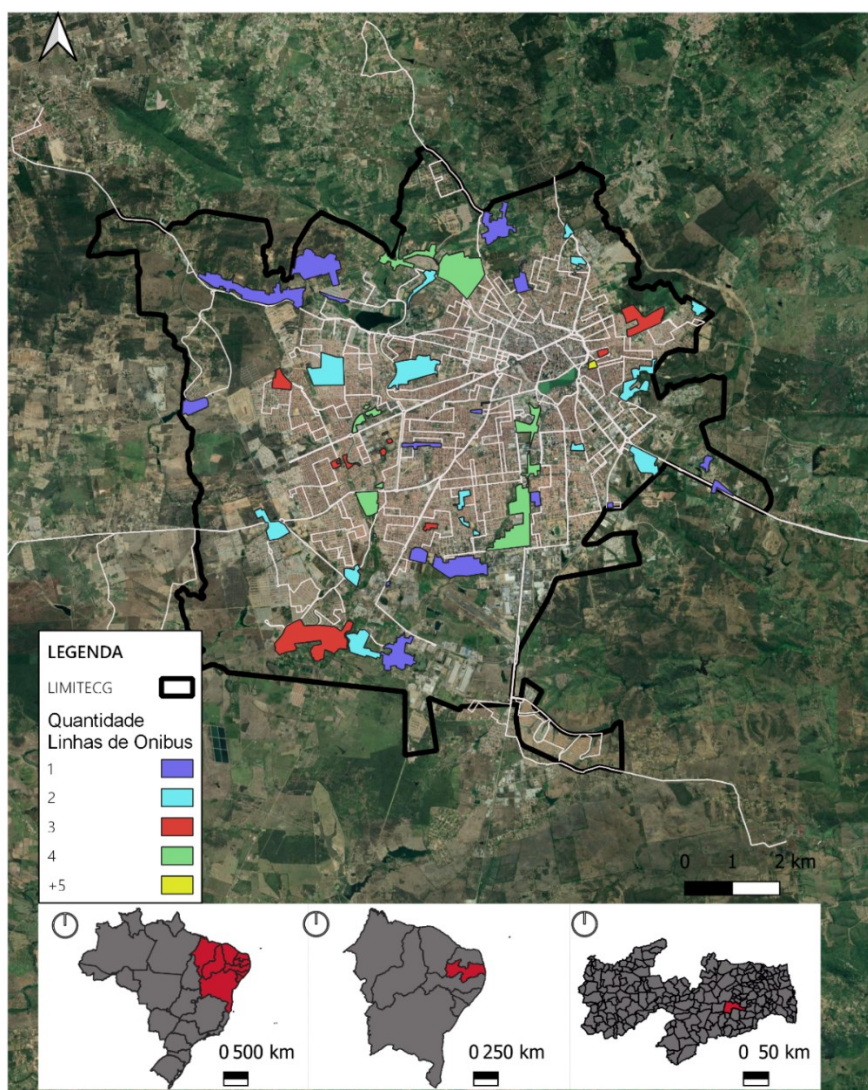
Ano: 2023
Projeção: UTM Datum Sirgas 2000 Fuso: 25 S
Bases cartográficas: SEPLAN(2021).
Elaboração: Bruna Lima
Bruna Tejo
Bruno Barbosa
Carolina Tsuyuguchi



Cartograma 4 - Distância ao Centro dos assentamentos de Campina Grande



Cartograma 5 – Linhas de Transporte Público e assentamentos de Campina Grande

**MAPA**

Linhas de ônibus - Quantidade de linhas de ônibus adjacentes aos assentamentos.

Ano: 2023

Projeção: UTM Datum Sirgas 2000 Fuso: 25 S

Bases cartográficas: SEPLAN(2021).

Elaboração: Bruna Lima

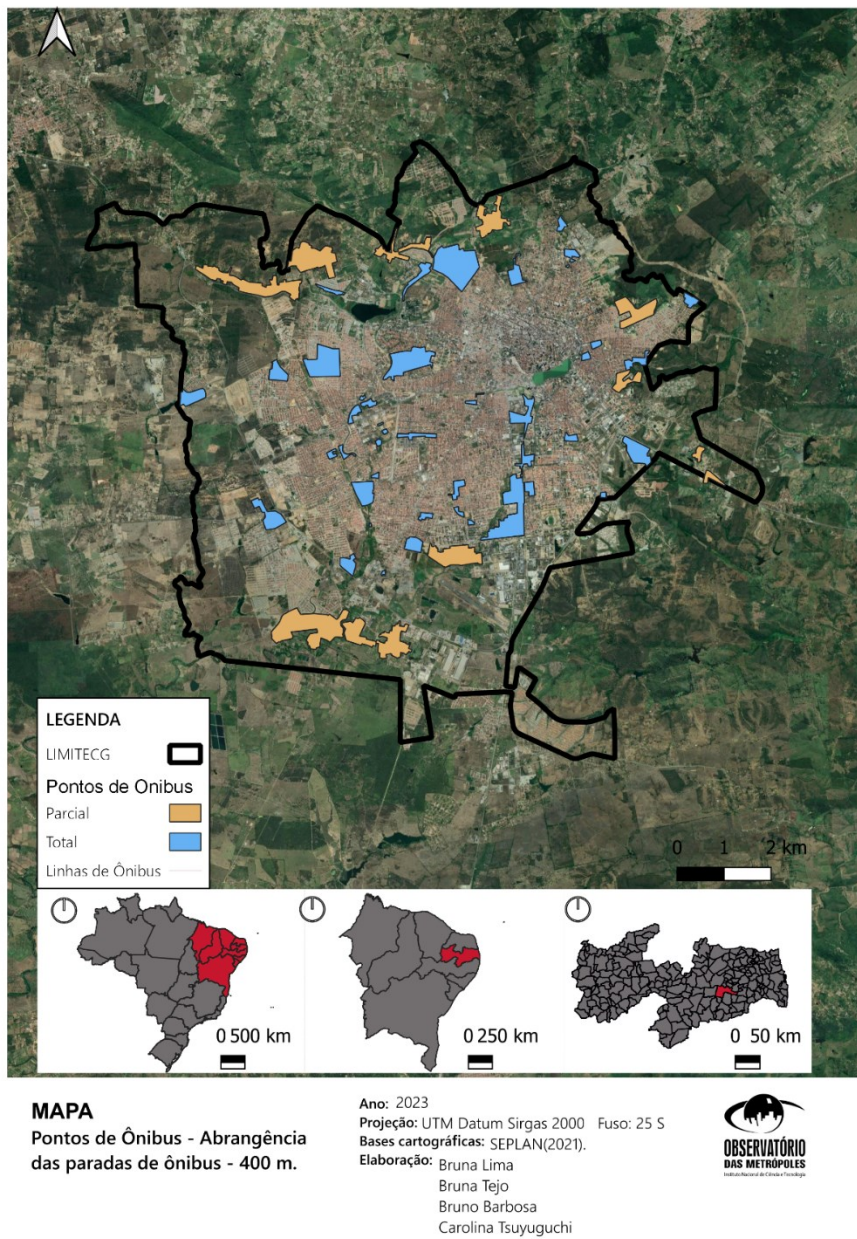
Bruna Tejo

Bruno Barbosa

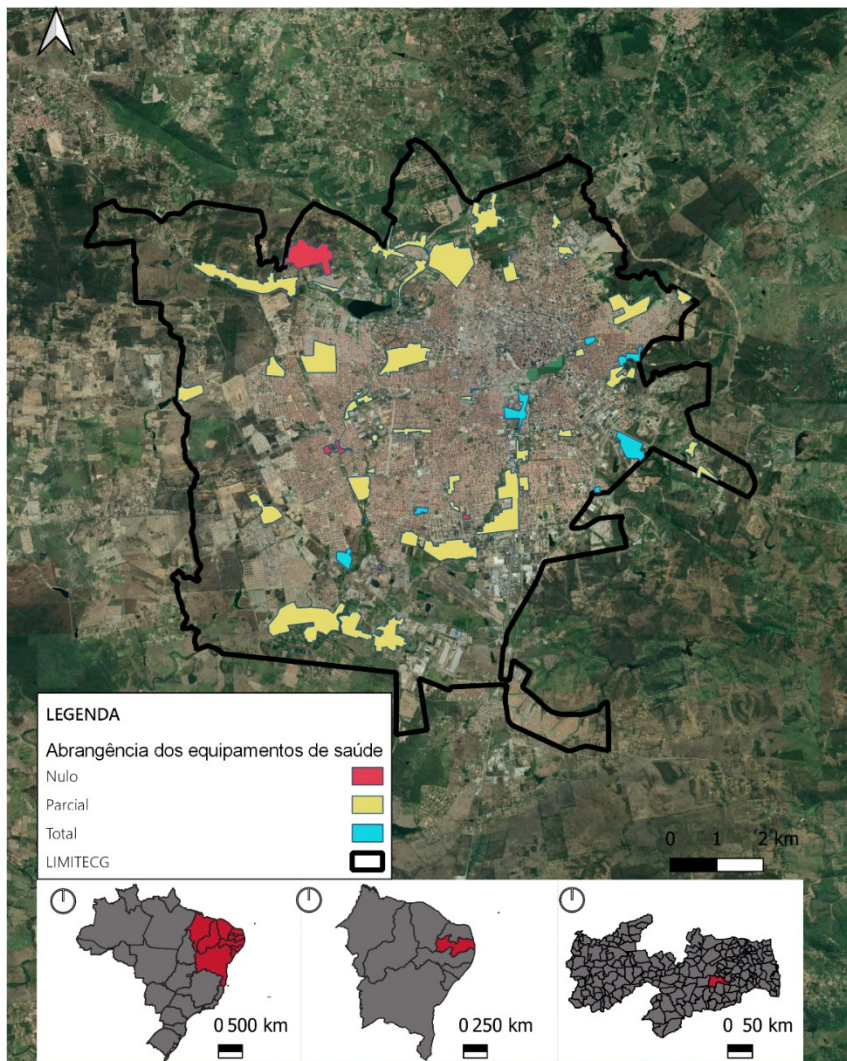
Carolina Tsuyuguchi



Cartograma 6 - Pontos de transportes coletivos e assentamentos de Campina Grande



Cartograma 7 - Distância a Equipamentos Públicos de Saúde e assentamentos de Campina Grande

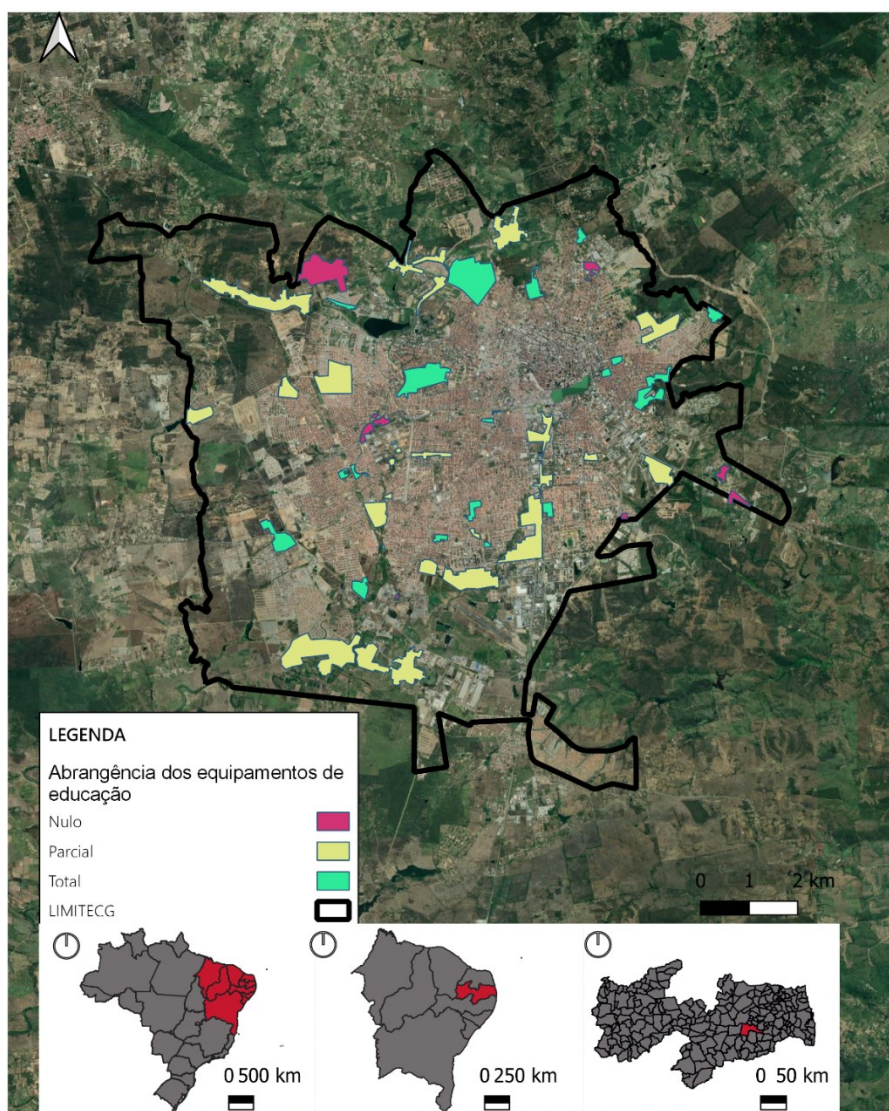


MAPA
EQUIPAMENTOS DE SAÚDE -
Abrangência dos equipametos
de Saúde.

Ano: 2023
Projeção: UTM Datum Sirgas 2000 Fuso: 25 S
Bases cartográficas: SEPLAN(2021), LIMA (2022).
Elaboração: Bruna Lima
Bruna Tejo
Bruno Barbosa
Carolina Tsuyuguchi



Cartograma 8 - Distância a Equipamentos Públicos de Educação e assentamentos de Campina Grande

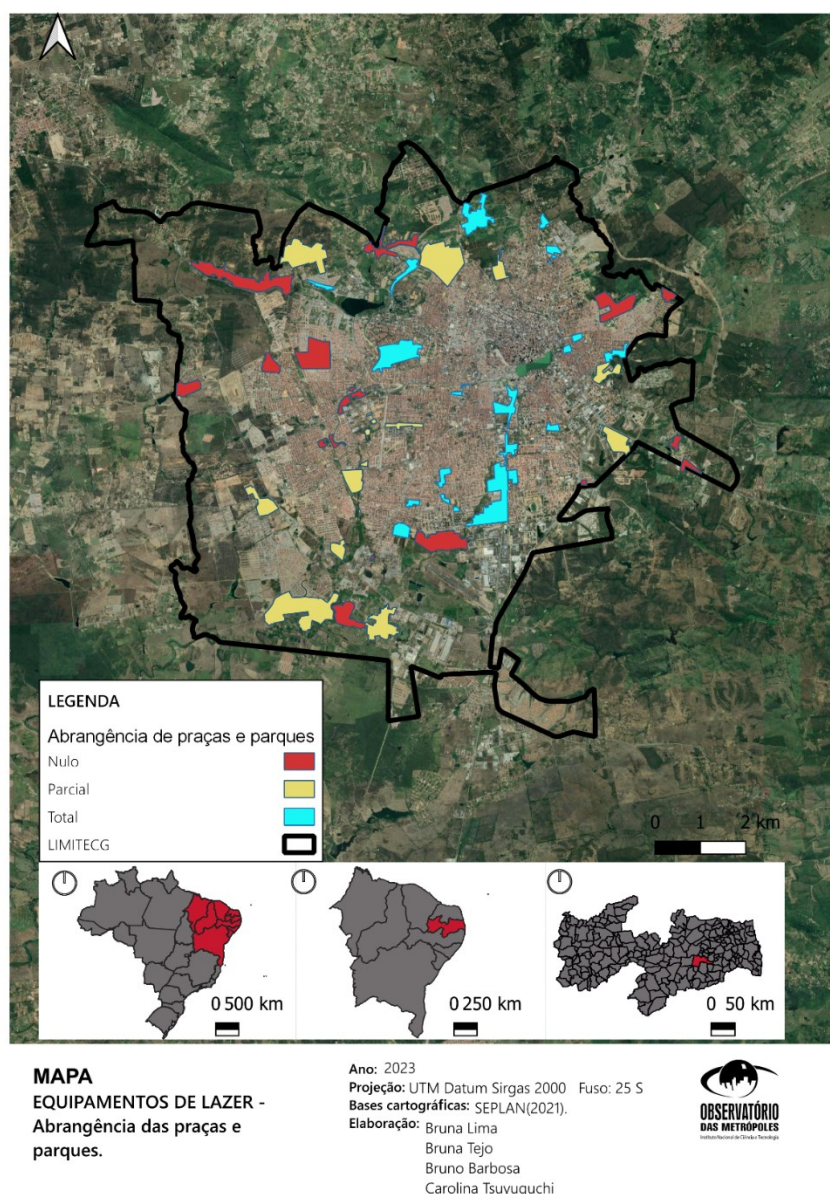


MAPA
EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO
- Abrangência dos equipamentos de Educação.

Ano: 2023
Projeção: UTM Datum Sirgas 2000 Fuso: 25 S
Bases cartográficas: SEPLAN(2021), LIMA (2022).
Elaboração: Bruna Lima
Bruna Tejo
Bruno Barbosa
Carolina Tsuyuguchi



Cartograma 9 – Parques e Praças e assentamentos de Campina Grande



CONSIDERAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO COM INSTRUMENTO PELOS ASSENTAMENTOS POPULARES

Os assentamentos populares de João Pessoa e Campina Grande / PB, apesar de terem sido objeto de intervenções de urbanização e regularização desde os anos 1980, ainda são integrados por subáreas com condições urbanísticas, infraestruturais, de serviços e ambientais precárias. O alcance diverso e parcial das intervenções de urbanização associado ao adensamento e expansão desses assentamentos e o surgimento de novos expressa as dificuldades que a população em situação de pobreza e vulnerabilidade tem em acessar

condições adequadas de habitabilidade nessas cidades. Tais condições evidenciam, também, que as intervenções a serem realizadas requerem a integração das dimensões urbanísticas, infraestruturais, ambientais e sociais, considerando a complexidade destes assentamentos e as necessárias relações entre as intervenções.

As oportunidades de promoção de urbanizações e regularizações mais abrangentes nos assentamentos populares no Brasil nos anos 2000 foram ampliadas a partir de vários programas como o Habitar Brasil / BID, mas principalmente por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a partir de 2007, na modalidade “Urbanização de Assentamentos Precários” (UAP).

Em João Pessoa, no âmbito do PAC-UAP, foram realizadas intervenções parciais, algumas incompletas, com prioridade a reassentamentos e construções de empreendimentos habitacionais em detrimento da urbanização ampla e integral. Foram realizadas ações e obras nos seguintes assentamentos populares: (i) Urbanização Rio Sanhauá, contemplando as Comunidades Ilha do Bispo, Alto Mateus, Favela do S e Varadouro; (ii) Urbanização do Conjunto Taipa Nova; (iii) Urbanização da Comunidade Maria de Nazaré; (iv) Urbanização do Bairro São José, no Baixo Jaguaribe; (v) Urbanização Saturnino de Brito; (vi) Urbanização Jaguaribe. Em Campina Grande, foram quatro projetos de urbanização e regularização, desde 2007: Urbanização Línea Férrea Araxá, Urbanização Novo Horizonte, Urbanização da Região do Bodocongó e Urbanização da Região Sudoeste.

É importante mencionar que parte dessas intervenções não foi realizada integralmente e entre os problemas e entraves destas urbanizações é possível destacar: as pendências quanto à desapropriação dos terrenos; distratos com as empresas executoras; e ajustes nos projetos durante sua implementação. Vários destes problemas estiveram relacionados às insuficientes capacidades estatais para a elaboração ou contratação de projetos e para a contratação e fiscalização da execução de obras, ações e serviços das empresas contratadas, mas, também, foram decorrentes da falta de informações, dados e estudos sobre os assentamentos populares. Essas questões decorrem da falta de centralidade da questão dos assentamentos populares na agenda pública municipal. As tendências recentes em relação a esses assentamentos nas cidades brasileiras, incluindo João Pessoa e Campina Grande, apontam na direção da ampliação de processos despossessórios e da não consolidação de parte desses assentamentos em função dos interesses de agentes econômicas em suas áreas.

Os investimentos em estudos sobre os assentamentos populares em João Pessoa e em Campina Grande, historicamente, só foram realizados mediante oportunidades de programas federais e / ou de financiamentos de agências de cooperação internacional. Desse modo, estudos sobre as condições desses assentamentos realizados por instituições de pesquisa podem oferecer contribuições importantes tanto à implementação de programas e intervenções nesses assentamentos, quanto para a incidência política de seus moradores, lideranças e grupos e instituições apoiadoras para a melhoria e adequação de suas condições.

O reconhecimento das condições dos assentamentos populares a partir da combinação de informações e de dados objetivos técnicos e das percepções de seus moradores e apoiadores torna-se fundamental para as disputas das narrativas técnicas e societárias e das agendas públicas com o intuito de contribuir à construção de cidades democráticas, inclusivas e justas e para a implementação de programas e projetos multidimensionais integrados que articulem as condições urbanísticas, sociais, infraestruturais e ambientais nos assentamentos.

REFERÊNCIAS

- BALBIM, R. et al. **Metodologia de avaliação de resultados: o caso das intervenções do PAC Urbanização de Favelas**. Brasília: IPEA, 2013. Texto para discussão nº 1.903. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20854>. Acesso em: 21 fev. 2018.
- BARBOSA, H. K. M; MORAES, D. Atlas da precariedade habitacional e de práticas de assessorias técnicas em assentamentos populares. Campina Grande: UFCG, 2021.
- BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Guia para o Mapeamento e Caracterização de Assentamentos Precários**. Brasília: Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação; Centro de Estudos da Metrópole, 2010.
- BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Assentamentos precários no Brasil urbano**. Brasília: Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação; São Paulo: CEBRAP/Centro de Estudos da Metrópole, 2007
- BRASIL, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Pesquisa de Núcleos Urbanos Informais no Brasil**. Distrito Federal: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020.
- BRENNER, N. O que é teoria crítica urbana? In: **@emetropolis: Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais**. nº 3, ano 1, dezembro 2010. Disponível em: <http://emetropolis.net/artigo/17?name=o-que-e-teoria-critica-urbana>. Acesso em: 13 de dezembro de 2016.

BUENO, L. M. M. **Projeto e favela. Metodologia para projetos de urbanização**. 350 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2000.

CARDOSO, A.; DENALDI, R. (org.) **Urbanização de Favelas no Brasil: um balanço do PAC**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

CDHU; UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. Desenvolvimento e aplicação de metodologia para identificação, caracterização e dimensionamento de assentamentos precários. São Paulo: Produto 5. Relatório Final, 2018.

DENALDI, R. Assentamentos precários do tipo favela e loteamento: identificação, dimensionamento e tipologias de intervenção. In: DENALDI, R. (org) **Planejamento Habitacional: Notas sobre a precariedade e terra nos planos locais de habitação**. São Paulo: Annablume, 2013, p. 96-126.

FERRARA, L. N.; CARDOSO, A. L.; MACHADO, E. C. M. (org.). **A dimensão ambiental na urbanização de favelas: olhares críticos a partir da drenagem urbana nos projetos do PAC**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. v. 1. 282p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2010: Aglomerados Subnormais, 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/agsn/>. Acesso em: 10 de dezembro de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Aglomerados Subnormais, 2019**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 10 de dezembro de 2020.

LEFF, Enrique. La ecología política em América Latina: un campo em construcción. In: ALIMONDA, Héctor (Org.). **Los Tormentos de La Materia: aportes para una ecología política latinoamericana**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. p. 21-39.

MORETTI, R.; DENALDI, R. **Aplicação de descritores na análise de projetos de qualificação urbanística de favelas**. *Oculum Ensaio*, v.15, n.3, p.475-493, 2018. <http://dx.doi.org/10.24220/2318--0919v15n3a4188>

NASCIMENTO, A. C. A. V. **A construção do informal: uma análise morfológica das favelas da cidade de João Pessoa**. Dissertação (Mestrado). Pós-graduação em Engenharia Urbana e Ambiental. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2012.

RECIFE. Prefeitura. Autarquia de Saneamento do Recife – SANEAR. **Atlas das infraestruturas públicas das comunidades de Interesse Social do Recife**. Recife: Autarquia de Saneamento do Recife (SANEAR), Prefeitura do Recife, 2016.

SILVA, M. N.; CARDOSO, A. L.; DENALDI, R. **Urbanização de favelas no Brasil: trajetórias de políticas municipais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. v. 1. 398p.

TUSUYGUICHY, C.; MIRANDA, L. **Mapeamento dos Assentamentos Populares e das Assessorias Técnicas em Campina Grande**. Campina Grande: UFCG, 2020.

Dados de autoria

Demóstenes Moraes

Arquiteto e urbanista; doutor em Arquitetura e Urbanismo. Professor no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Campina Grande. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6991-0323> E-mail: damoraes6@gmail.com

Livia Miranda

Arquiteta e Urbanista; mestra em Geografia; doutora em Desenvolvimento Urbano. Professora no curso de Arquitetura e Urbanismo (UFCG) e nos Programas de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano e Geografia (UFPE) e Desenvolvimento Regional (UEPB). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3741-4736> E-mail: liviaibmiranda@gmail.com